

Violência na escola: desafios e dilemas para a formação inicial de profissionais da educação

Vitoria Prado Ramos¹

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-8658-4176>

Rodrigo Toledo²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5767-3439>

Resumo

O atual cenário vivenciado nas escolas revela a necessidade de repensar a formação de profissionais qualificados para uma atuação no contexto educativo. Desta forma, a presente pesquisa analisou como a formação inicial tem focalizado a problemática da violência no ambiente escolar. Para isso adotou-se uma abordagem qualitativa exploratória, sendo realizado um grupo de discussão com 14 graduandos dos cursos de Psicologia e Pedagogia e a realização de duas entrevistas semiestruturadas com profissionais da educação. Os resultados apontaram que, embora os participantes reconheçam a gravidade da violência, ainda há desafios na implementação de ações preventivas e na preparação adequada dos futuros profissionais para a atuação diante de situações de enfrentamento da violência. Destaca-se a necessidade de uma formação mais crítica e reflexiva, que forneça embasamento teórico, técnico e metodológico para promover um ambiente escolar mais seguro e acolhedor. Conclui-se que a violência tornou-se normalizada, fomentando inação dos profissionais e, que a construção de uma cultura de paz depende do fortalecimento da formação inicial e continuada e da implementação de estratégias eficazes para transformar a convivência escolar.

Palavras-chave: violência escolar; formação inicial; psicologia da educação.

Abstract

This research analyzes how initial training has focused on the problem of violence in the school environment. To this end, an exploratory qualitative approach was adopted. A discussion group was held with 14 Psychology and Pedagogy undergraduates and two semi-structured interviews were conducted with education professionals. The results show that, although the participants recognize the seriousness of violence, there are still challenges in implementing preventive actions and in adequately preparing future professionals to act in situations where they must deal with violence. There is a need for more critical and reflective training that provides a theoretical, technical and methodological basis for promoting a safer and more welcoming school environment. The conclusion is that violence has become normalized, fostering inaction on the part of professionals, and that building a culture of peace depends on strengthening initial and continuing training and implementing effective strategies to transform school coexistence.

Keywords: School violence; Professional training; Educational Psychology.

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS. São Caetano do Sul – SP - Brasil. E-mail: vitoriapradoramos@gmail.com

² Professor Titular na Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Caetano do Sul – SP - Brasil. E-mail: toledordg@gmail.com



Citação: RAMOS, Vitoria Prado; TOLEDO, Rodrigo. Violência na escola: desafios e dilemas para a formação inicial de profissionais da educação. **Revista Estudos Aplicados em Educação**, v. 10, e20259990, 2025. DOI <https://doi.org/10.13037/reae.vol10.e20259990>

1 Introdução

A violência nas escolas tem se mostrado uma preocupação crescente, refletindo um problema global que impacta o aprendizado dos estudantes, a segurança e o bem-estar de toda comunidade escolar. No Brasil, esse fenômeno exige uma reflexão urgente sobre as estratégias de prevenção e enfrentamento, tornando indispensável o papel da formação profissional no campo da educação e da psicologia. Defendemos esta proposta a partir dos dados apresentados no relatório da D³e – Dados para um Debate Democrático na Educação, publicado por Vinha et al. (2023), em que revela um alarmante crescimento dos ataques em escolas, com 36 incidentes registrados entre 2001 e 2023, sendo 21 desses ocorridos em 2022 e 2023, o que representa 58,33% do total.

Os ataques extremos (Vinha et al., 2023) que ganham atenção da mídia são o reflexo de uma violência cotidiana e muitas vezes negligenciada, que se manifesta de diversas formas dentro do ambiente escolar. Tais ocorrências não se limitam apenas ao relacionamento entre estudantes, mas também englobam atitudes humilhantes e zombeteiras, muitas vezes partindo dos próprios educadores, como apontam Tognetta e Vinha (2010).

Como prova dessa realidade, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), o Disque 100 registrou 9.530 denúncias de violências em instituições de ensino em 2023, aumentando cerca de 50% em comparação ao ano anterior. Entendendo que uma denúncia pode ser composta por mais de uma violação de direitos, foram encontradas 20.605 violações registradas, em 2022, e 50.186 em 2023.

Diante desse contexto, Machado e Fonseca (2023) defendem que a escola deve ser compreendida como um espaço fundamental para a transmissão do legado humano, a formação das novas gerações e a preservação das culturas. Quando uma escola é atacada, não são apenas as paredes da instituição que são feridas, mas sim os princípios fundamentais da nossa sociedade. Para os autores, a escola representa nossa resposta social à barbárie, e qualquer ataque a ela é um ataque a humanidade.

Conforme apontam Tognetta e Vinha (2010), a violência no ambiente escolar é uma realidade que precisa ser enfrentada de forma efetiva, já que frequentemente é negligenciada pelas instituições, perpetuando-se de forma silenciosa. Para Vilalba (2020), a escola deve ser um ambiente de respeito, acolhimento e bem-estar, trabalhando em parceria com profissionais qualificados para combater a violência e apoiar tanto vítimas quanto agressores. Assim, é possível construir relações harmoniosas e positivas entre todos os envolvidos na vida escolar.

Vilalba (2020) fundamenta suas ideias com os conceitos de educação transformadora e libertadora de Paulo Freire, acreditando que a escola deve ser um agente de mudança social, não apenas um reflexo da sociedade, mas uma instituição capaz de transformá-la e melhorá-la. Nesse contexto, é fundamental que o enfrentamento da violência seja uma ação conjunta, envolvendo diversos agentes e instituições: desde o controle público das plataformas digitais até o fortalecimento das condições de vida e trabalho, passando pelo investimento em profissionais da educação e saúde, e o cuidado com o espaço físico e material das escolas.

Diante do cenário apresentado, sustentamos a presente pesquisa, alinhado ao entendimento indicado por Machado e Fonseca (2023), que a banalização da violência, nos tempos atuais tem sido normalizada, criando uma visão fatalista que perpetua uma realidade



violenta, causando sofrimento a todas as pessoas envolvidas direta e indiretamente, assim como analisa Martín-Baró (1996).

Focalizando o cenário apresentado, o presente estudo³ tem como objetivo compreender como a formação inicial tem preparado os estudantes das áreas da educação e psicologia para lidar com a problemática da violência no ambiente escolar, para isso, pretendeu-se analisar os desafios e dilemas vivenciados por estudantes e profissionais da educação básica em relação às violências ocorridas nas escolas. Temos como pressuposto que os graduados e licenciados, sem vivência prática no ambiente escolar, possuem uma visão idealizada e distorcida da realidade enfrentada pelos profissionais da educação, o que evidencia uma lacuna no processo formativo.

2 Método

Conforme Minayo (2007, p. 24) para “trabalhar com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” defende-se que a pesquisa deve alocar-se no campo das pesquisas qualitativas, indicando dessa forma, seu caráter exploratório. Desta forma, para a realização desta pesquisa foram realizados dois procedimentos metodológicos: I) grupo de discussão (presencial) com estudantes dos cursos de Psicologia, Pedagogia e II) entrevista semiestruturada (presencial) com profissionais que atuassem na Educação Básica do Estado de São Paulo como professor, coordenador pedagógico, orientador educacional, direção escolar ou como psicólogo/a escolar

Para o Grupo de Discussão, foram incluídos na pesquisa estudantes de Psicologia, Pedagogia ou Cursos de Licenciaturas devidamente matriculados em instituições de ensino superior da região metropolitana de São Paulo, de qualquer semestre que apresentem disponibilidade para participar presencialmente de um grupo de discussão. Serão excluídos os estudantes que não apresentem matrícula regular nos cursos Psicologia, Pedagogia ou Cursos de Licenciaturas ou que estejam na 2º formação, que estejam formados ou que tenham vivenciado práticas profissionais no campo da educação que não sejam estágios.

Para as entrevistas, foram incluídos na pesquisa profissionais da educação que atuem com professor, coordenador pedagógico, orientador educacional, direção ou como psicólogo/a escolar. Com experiência profissional acima de 3 anos na área e que atue em instituições de educação básica privada ou pública na região metropolitana de São Paulo. Serão excluídos os profissionais da educação que não tenham formação inicial, complementar ou especialização nas áreas de Psicologia ou Educação e que estejam afastados da área há mais de 3 anos.

O uso de grupos de discussão é justificado por Weller (2006) ao considerar uma análise dos processos interativos em relação a uma determinada tradição teórica e histórica, sendo os participantes representantes sociais do contexto de pesquisa. Defende-se o uso deste procedimento para pesquisas que visam buscar a opinião ou percepções de dada população sobre um assunto específico. De acordo com Manzini (2003), a entrevista semiestruturada está configurada como instrumento ou método de coleta de informações muito utilizada em pesquisas no campo das Ciências Humanas. De forma geral, a entrevista é uma forma de interação social e busca de informações, face a face com os entrevistados e pode ser entendida como uma conversa orientada por um objetivo estabelecido por pesquisadores, segundo Manzini (2003).

³ O presente texto apresenta um recorte da pesquisa de Iniciação Científica realizada no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS, correspondente ao período 2024-2025, intitulada “Escola como um espaço seguro: um estudo sobre as práticas para aprimoramento do clima e da convivência escolar”. Pesquisa realizada com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



A seleção dos participantes seguiu a técnica de amostragem por bola de neve, conforme descrito por Vinuto (2014), em que os informantes-chaves (sementes) serão identificados por meio da sua representação no campo e/ou área. Nesta pesquisa valeu-se das redes sociais para divulgação da pesquisa à fim de localizar participantes para a etapa do grupo de discussão.

Para a seleção dos informantes-chave (sementes) para o Grupo de Discussão, foi elaborada uma lista de divulgação com os e-mails dos gestores dos cursos e dos centros acadêmicos das instituições que compuseram a amostra da pesquisa, solicitando a divulgação do convite aos estudantes. Além disso, a divulgação foi realizada por meio de redes sociais (*Facebook* e *Instagram*) e por grupos de *WhatsApp* de estudantes. Quanto às entrevistas com profissionais, os convites foram enviados a informantes-chave da rede de contatos da equipe de pesquisa, que atuaram como multiplicadores na expansão do convite. Junto aos convites para participação na pesquisa, foi disponibilizado um link para um formulário eletrônico, por meio do qual os(as) interessados(as) puderam manifestar interesse em contribuir com o estudo, tendo acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e ao Questionário de Pré-Seleção.

O participante interessado, após o preenchimento do formulário eletrônico, foi contatado individualmente por e-mail ou telefone, para agendar os encontros presenciais. A seleção dos profissionais atendeu o critério de inclusão da pesquisa, sendo selecionados dois participantes, um deles representando um gestor escolar e um representando um profissional de psicologia escolar, ambos com experiências significativas nas suas áreas de atuação. A presente pesquisa foi avaliada e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o CAAE: 80121124.8.0000.5510.

Os dados obtidos no grupo de discussão foram organizados em três categorias: I) Os impactos da mídia e as lacunas da formação acadêmica; II) O que pensam os estudantes sobre possíveis práticas de prevenção e o enfrentamento da violência escolar e III) Caminhos para aprimoramento da formação inicial para habilitar profissionais, de forma qualificada, para o enfrentamento da violência na escola. As informações coletadas nas duas entrevistas com os profissionais foram organizadas na categoria: IV) Desafios da prática profissional: a violência como parte do cotidiano escolar. Todos os dados foram analisados com base no referencial teórico da Psicologia Escolar Crítica e constructos teóricos da Psicologia Sócio-histórica.

Para a primeira etapa da pesquisa, realizamos um Grupo de Discussão (Weller, 2006) com os participantes do Grupo 01 (estudantes de Psicologia, Pedagogia ou Cursos de Licenciaturas). Na pré-inscrição realizada por questionário, obtivemos 43 respostas. Destas, seis foram invalidadas por não atenderem aos critérios de inclusão, restando 37 inscrições válidas. Todos os inscritos receberam um convite por e-mail, contendo informações sobre local, data e horário do Grupo de Discussão. O encontro do grupo contou com 14 participantes, sendo 13 pessoas que se autoidentificaram no gênero feminino e um participante que se autoidentificava com gênero masculino. Os participantes, matriculados em instituições de ensino superior da região metropolitana de São Paulo, estavam distribuídos entre os semestres iniciais e finais dos cursos de Psicologia e Pedagogia, não contamos com participantes de cursos de Licenciatura devido ao fato de que apesar da divulgação nem um estudante de licenciatura compareceu ao grupo de discussão.

Os estudantes tinham experiência prévia em ambientes escolares, exceto por três estudantes de Psicologia. Esses estudantes relataram que suas experiências eram geralmente adquiridas por meio de estágios não-obrigatórios remunerados, nos quais desempenhavam funções como auxiliar de classe e acompanhante pedagógico e auxiliar terapêutico. Entre os participantes, quatro manifestaram a intenção de não seguir carreira na área educacional após a conclusão de seus cursos.



Os dados coletados durante o grupo de discussão foram organizados e sistematizados com base em categorias temáticas que emergiram da análise qualitativa das interações. A seguir são apresentadas as três categorias: I) Entre os impactos da mídia e as lacunas da formação acadêmica; II) O que pensam dos futuros profissionais da educação sobre a prevenção e o enfrentamento da violência escolar e III) Caminhos para aprimoramento da formação inicial para habilitar profissionais, de forma qualificada, para o enfrentamento da violência na escola.

Já a etapa de entrevistas com profissionais da educação básica, foram realizadas duas conversas: uma com uma psicóloga escolar de uma instituição pública federal e outra com um professor que, além de manter-se em sala de aula, também exerce a função de coordenador pedagógico em sua instituição pública estadual.

3 Resultados

3.1 Grupo de Discussão com Estudantes

3.1.1 Entre os impactos da mídia e as lacunas da formação acadêmica

A pesquisa evidenciou que os futuros profissionais da educação e da psicologia reconhecem a violência escolar como um fenômeno multifacetado, que se manifesta de diversas formas, conseguindo citar exemplos de situações variadas quando solicitado. Embora os 'massacres' sejam prontamente mencionados, eles não se configuram como o foco principal das discussões. Os participantes também relataram outras formas de violência, como *bullying*, agressões contra professores, negligência, assédio sexual e moral, violências institucionais e invasões policiais, descrita pelos participantes como entradas forçadas ou intervenções policiais nas escolas ou regiões próximas de forma abrupta, sem diálogo prévio, frequentemente marcadas pelo uso excessivo de força, intimidação, constrangimento de estudantes e interrupção das atividades escolares, o que contribui para a produção de medo, insegurança e sofrimento entre os sujeitos envolvidos.

No entanto, esses exemplos frequentemente surgem de histórias pessoais ou de relatos de conhecidos, além de notícias veiculadas pela mídia, como televisão e *internet*. A maioria dos participantes relatou não ter tido contato com debates teóricos sobre violência escolar durante a graduação, tampouco com documentos oficiais ou orientações técnicas relacionadas ao tema. É importante ressaltar que esse cenário foi consensual entre os estudantes, independentemente de estarem nos primeiros ou nos últimos semestres do curso. A informação que possuem sobre o assunto é predominantemente adquirida fora da sala de aula, por meio de reportagens e redes sociais.

Essa realidade é preocupante, pois conforme apontado por Marquez (2023), a forma como as diversas mídias noticiam eventos de violência escolar é frequentemente marcada por espetacularização e altas doses de sensacionalismo. Esse processo contribui para a construção de pânico generalizado que gera para um clima de insegurança nas escolas, prejudicando o cotidiano escolar.

Esse modo de obtenção de conhecimento contribui para uma visão distorcida e superficial da realidade escolar, comprometendo a capacidade desses profissionais de abordarem o problema de maneira crítica e contextualizada, pois como afirmado por Zuin (2008), a busca por audiência frequentemente compromete o compromisso social de debater de maneira crítica e aprofundada a prevenção e o enfrentamento da violência escolar. Em vez de oferecer uma análise profunda e contextualizada, as mídias tendem a buscar respostas simplistas



e individualizantes, culpabilizando e patologizando o autor da violência, enquanto ignoram os múltiplos fatores que contribuem para essa problemática.

Sobre a ausência de discussão acerca do tema violência escolar nos cursos de formação ligados à área da educação, Melo (2019) observa que a falta de abordagem e reflexão sobre questões contemporâneas que afetam a realidade das escolas provoca uma desconexão entre teoria e prática. Sem uma preparação adequada para lidar com esses desafios, os futuros profissionais enfrentam uma lacuna significativa em sua formação, o que ‘compromete inevitavelmente sua capacidade de abordar a violência escolar de maneira crítica e efetiva, tornando a práxis educacional mais difícil de ser alcançada.

Essa desconexão entre teoria e prática é reforçada por Badia et al. (2014), que aponta que os currículos desses cursos frequentemente priorizam abordagens teóricas desalinhadas dos desafios reais da atuação profissional. É fundamental, portanto, incluir o debate sobre violência escolar nos momentos de supervisão e orientação dos estágios, uma vez que estes são momentos cruciais que proporcionam o contato com vivências reais do cotidiano escolar, tornando possível repensar, de maneira inventiva, práticas de intervenção.

3.1.2 O que pensam os futuros profissionais da educação sobre a prevenção e o enfrentamento da violência escolar

Nesta segunda categoria, buscamos identificar práticas que os graduandos consideram eficazes para lidar com a violência escolar. Os relatos revelam que, embora reconheçam a importância de uma postura ativa, há dificuldades em exemplificar práticas concretas.

As discussões enfatizaram primeiramente a importância de adotar uma postura ativa e combativa ao presenciar episódios de violência no contexto escolar. Revelando-se assim a compreensão dos estudantes sobre a problemática de se manter neutro e se calar diante da violência, criticando a postura omisa de alguns profissionais da educação. Ressaltamos que essas falas refletem experiências pessoais dos graduandos, vivenciadas tanto em sua época escolar quanto em sua atuação atual como estagiários.

Esses relatos confirmam a hipótese de que muitos profissionais da educação banalizam os casos de violência. Silva (2013), identifica dois motivos principais para essa omissão: (1) a dificuldade de diferenciar casos de violência de uma simples indisciplina ou brincadeiras de mau gosto como descrito pelo autor, o que leva à banalização de ofensas verbais e psicológicas, e (2) a frustração dos profissionais devido a experiências anteriores malsucedidas no enfrentamento de situações de violência, resultando assim em uma postura fatalista. Além disso, Dos Santos et al. (2023) acrescentam que essa omissão configura uma nova forma de violência, a institucional, conhecida como "violência da escola", conforme a classificação de Charlot (2002), em que os estudantes se tornam vítimas de um tratamento inadequado por parte da instituição.

No entanto, apesar da banalização da violência dentro das escolas, esta pesquisa identifica um elemento de esperança: os estudantes se posicionaram criticamente diante da situação, demonstrando compreensão sobre a problemática e as consequências dessa postura fatalista.

Um ponto central nas falas dos estudantes é a importância de uma rede de apoio dentro da escola, que possibilite uma atuação qualificada. A falta de suporte institucional pode fazer com que muitos profissionais se sintam impotentes e evitem intervir em situações de violência. Essa visão reforça a ideia de que ações individuais não são suficientes e que o comprometimento coletivo da comunidade escolar é essencial para um enfrentamento eficaz. Essa perspectiva está alinhada com Vinha et al. (2023) que defendem a promoção de uma



cultura de paz e valorização da diversidade como estratégias fundamentais para a prevenção da violência.

Moro, Pagaime e Knoener (2024) reforçam ainda que o clima escolar – ou seja, a qualidade das relações interpessoais dentro da instituição – é determinante para a construção de um ambiente seguro. Além disso, a cultura escolar, que reflete os valores e percepções compartilhados, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento dessas relações. Assim, segundo esses autores, tanto o clima quanto a cultura escolar são elementos essenciais para o sucesso das estratégias de prevenção à violência, pois proporcionam a base para um ambiente colaborativo e de apoio, onde todos – alunos, professores, gestores e pais – se sentem responsáveis e envolvidos no combate à violência, promovendo uma verdadeira transformação na escola.

Outro ponto levantado pelos participantes como fundamental para uma atuação qualificada frente ao contexto da violência escolar é o cuidado com o autor da violência. Os graduandos enfatizam a importância de compreender o contexto em que o aluno está inserido e as razões que o levaram a cometer tal ato. A partir dessa perspectiva, destacam a relevância do profissional de psicologia nas escolas, ressaltando, contudo, que esse profissional deve ser bem qualificado para desempenhar essa função. Afinal, a falta de preparo pode agravar as situações, em vez de solucioná-las.

Os graduandos alertam que um psicólogo despreparado pode agravar as situações, como exemplificado por casos em que profissionais mal capacitados expuseram vulnerabilidades de alunos, exacerbando os problemas. Esses relatos demonstram que os estudantes possuem uma visão crítica sobre a presença do psicólogo na escola, entendendo que não basta ele estar presente neste espaço se não possuir uma prática qualificada e crítica para sua atuação, além de não caírem em uma lógica culpabilizadora ou patologizante com o autor da violência, tendo assim o entendimento da importância de uma atuação humanizada que respeite as diretrizes do Conselho Federal de Psicologia (2023) sobre não estigmatização ou punitiva deste estudante.

Por fim, é importante ressaltar que os exemplos apresentados pelos participantes giram em torno de uma lógica de enfrentamento imediato da violência, em vez de práticas preventivas que busquem transformar o ambiente escolar. Isso reflete uma abordagem imediatista, focada em "apagar incêndios", sem considerar a construção de ações de longo prazo para prevenir a violência escolar e criar um ambiente respeitoso e seguro para todos. Para que haja uma mudança efetiva, é necessário equilibrar medidas reativas e preventivas, promovendo ações que envolvam toda a comunidade escolar na construção de uma cultura de paz e respeito, como indicam Moro, Pagaime e Knoener (2024).

3.1.3 Caminhos para o aprimoramento da formação inicial para o enfrentamento da violência escolar

Nesta terceira categoria, entendemos que para compreender os dados analisados, cabe uma breve retomada da discussão realizada na primeira categoria, ou seja, a necessidade de se levantar o debate sobre a violência escolar nos espaços das salas de aula das universidades. Defendemos que se o objetivo é formar profissionais com uma práxis transformadora, capazes de lidar de maneira eficaz com o fenômeno cotidiano da violência escolar, é necessário estabelecer uma conexão sólida entre teoria e prática, assim como propõe Toledo (2024).

Embora os estudantes reconheçam a ausência de uma discussão teórica sobre o tema, muitos não se preocupam com essa lacuna, priorizando a experiência prática. Isso indica uma certa falta de valorização da discussão teórica e das orientações técnicas para uma atuação qualificada na escola. No entanto, ao serem questionados sobre como melhorar sua formação, os estudantes enfatizam a importância do contato direto com a escola e a sala de aula,



destacando a experiência prática como essencial para sua formação. Essas falas refletem a consciência dos estudantes sobre a importância da vivência da realidade escolar, alinhando-se ao pensamento de Martín-Baró (1996), que defende a necessidade de um "banho de realidade" para realizar uma leitura crítica do contexto escolar e promover transformações.

Para o autor, apenas através dessa imersão é possível abandonar o idealismo metodológico e caminhar rumo a um realismo crítico, que valoriza a prática na construção de uma consciência crítica e ética no enfrentamento das questões educacionais. Além disso, estudos de Rechtman e Bock (2019), Ferreira et al. (2019), Constantino e de Carvalho Leite (2023), e Da Silva e Silva (2021) destacam que o estágio é um momento crucial de imersão na realidade escolar, essencial para uma formação qualificada.

No entanto, os estudantes também apontam desafios e dificuldades enfrentadas em seus estágios. Os estudantes apontam a falta de supervisão adequada e apoio da gestão escolar como um dos principais problemas durante os estágios, sendo tratados como "temporários" e sem a orientação necessária. Além disso, há uma uniformização das tarefas, sem considerar as especificidades das áreas de formação, o que prejudica a construção da identidade profissional dos estagiários. A escassez de orientação é evidente especialmente quando os estagiários são responsáveis por grandes turmas ou enfrentam emergências sem suporte adequado. Destaca-se, nesse contexto, a relevância de estágios qualificados na área da educação pensando na implementação da Lei nº 13.935/2019, que prevê a inserção de psicólogos(as) e assistentes sociais na educação básica, como uma possibilidade concreta de fortalecimento das ações de cuidado, supervisão e apoio no cotidiano escolar.

Esses cenários apontam para a falta de suporte e supervisão durante os estágios, algo que, de acordo com a Lei 11.788/2008, deveria ser garantido. O supervisor de estágio, conforme a legislação, deve ter formação ou experiência profissional na área de conhecimento do curso do estagiário, assegurando uma orientação qualificada. Segundo Barrocas e Dos Santos (2022), a supervisão é fundamental para a troca de ideias, reflexões e desenvolvimento de habilidades essenciais para a prática profissional. Portanto, a falta de supervisão adequada não apenas viola a legislação, mas também compromete a qualidade da formação dos futuros profissionais.

Outro ponto relevante é o fato de que os estagiários de psicologia e pedagogia realizam tarefas semelhantes, independentemente do curso em que estão matriculados, desconsiderando as especificidades de conhecimento e vivências de cada formação. Essa uniformidade de funções compromete a eficácia do estágio, que, de acordo com Buriolla (1999, p. 10), deveria "ser o locus onde a identidade profissional é gerada, construída e referida, voltando-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica, devendo ser planejado gradativa e sistematicamente com essa finalidade".

Dante disso, conforme Ferreira e Ferraz (2021), compreendemos a importância de que esses estudantes se aprofundem e desenvolvam ações ligadas às competências específicas de suas áreas de estudo. De forma que permita os estagiários de Pedagogia e se apropriem dos processos pedagógicos e, consequentemente, consolidar sua identidade docente. Da mesma forma, os estudantes de Psicologia, deveriam ser capazes de compreender e internalizar o papel e a sua identidade de psicólogo escolar. Nessa perspectiva, é de extrema importância reavaliar a distribuição de tarefas nos estágios, assegurando que elas estejam alinhadas com os objetivos formativos de cada curso, de modo a proporcionar experiências que contribuem para a formação dessa identidade profissional.

Adicionalmente, os debates realizados no grupo, revelaram uma realidade já apontada por Cruces (2006), a predominância de um modelo clínico psicoterapêutico individual ou uma atuação pedagógica focada exclusivamente nas dificuldades da criança no seu processo de escolarização. Estas práticas são realizadas por estagiários que acabam por se concentrar em



cuidados individualizados de estudantes geralmente decorrente de uma necessidade identificada por um diagnóstico ou alguma dificuldade de aprendizagem.

Entretanto, conforme estabelecido por Toledo (2024), essa abordagem contraria conceitos essenciais para uma formação qualificada. O autor enfatiza que, em vez de focar em práticas de atuação individualizadas e no reconhecimento de sintomas e transtornos, o processo de formação deveria promover a superação da lógica de atuação isolada, incentivando uma intervenção em rede em que objetivo deve ser a construção de práticas educativas que valorizem as diferenças e garantam os direitos humanos, a partir de uma análise crítica das práticas que compõem a rotina escolar. Toledo (2024) defende ainda a necessidade de reavaliar e aprofundar os aspectos teóricos e críticos da Psicologia Escolar, promovendo um reposicionamento que possibilite uma atuação mais reflexiva e alinhada às demandas do contexto educacional.

Diante desse cenário, o autor destaca a importância de retomar os pressupostos teóricos da Psicologia Escolar Crítica. Nesse sentido, o autor sintetiza as contribuições de Maria Helena Souza Patto (1997; 1999), uma das principais expoentes dessa vertente crítica da psicologia.

Para a autora, a atuação das psicólogas escolares deve sustentar-se em alguns parâmetros, sendo: I) a necessidade de romper com a visão conservadora, que tende a naturalizar e individualizar fatos produzidos socialmente; II) compreender que o enfrentamento das dificuldades e os problemas no processo de escolarização não pode ancorar-se exclusivamente no campo testagem psicológica; III) deixar de culpabilizar as crianças ou a suas famílias, em especial, aqueles marcados por estigmas da desigualdade social como únicos responsáveis pelo fracasso escolar e, por fim, IV) apreender que as dificuldades no processo de escolarização é multifatorial e todos os atores escolares devem implicar-se na sua superação.(TOLEDO, 2024, p. 107)

Por fim, os participantes destacam que o Grupo de discussão se mostrou um espaço valioso para o diálogo e a troca de reflexões entre os cursos. Dessa forma, compreendemos que o aprimoramento da formação inicial desses futuros profissionais da educação exige momentos estruturados de diálogo interdisciplinar. O envolvimento de diferentes cursos – como Pedagogia, Psicologia, licenciaturas e Serviço Social – pode ampliar o debate e qualificar a atuação na escola. Essa abordagem integrada fortalece não apenas a formação teórica e prática, mas também a construção de um olhar crítico e transformador sobre a violência escolar.

3.2 Desafios da prática profissional: a violência como parte do cotidiano escolar

Ressalta-se que enfrentamos desafios consideráveis em obter a adesão de outros profissionais dispostos a participar das entrevistas sobre o tema da violência escolar, em uma situação específica, ao chegarmos à escola para realizar a entrevista, fomos informados de que o participante não permitira a gravação dos seus relatos.

Avaliamos que o receio em relação à gravação e ao debate sobre o tema da violência escolar estava frequentemente associado ao medo de represálias por parte da instituição, além de uma preocupação em evitar a exposição dos alunos e da escola. Por um lado, essa postura reflete uma demonstração de cuidado com a confidencialidade e uma valorização da ética por parte desses profissionais. Por outro, revela a existência de um clima escolar e de trabalho complexo, em que os profissionais parecem se sentir vulneráveis a possíveis consequências negativas ao expor situações de violência nas instituições em que trabalham, mesmo quando o intuito é refletir sobre o aprimoramento de intervenções nesse contexto.

A situação sublinha a importância ressaltada por Ribeiro et al. (2018) e Vinha et al. (2023) de buscar por práticas e intervenções voltadas ao aprimoramento do clima e da convivência escolar. Essas ações devem ter como objetivo transformar o cotidiano escolar,



promovendo espaços seguros e confidenciais, nos quais profissionais e membros da comunidade escolar possam discutir abertamente as dificuldades enfrentadas, sem receio e medo de consequências negativas. Dessa forma, contribui-se para a construção de uma cultura de paz, apoio mútuo e melhoria contínua dentro das instituições educacionais.

Ressaltamos que as entrevistas foram realizadas com profissionais de duas escolas diferentes, o que os levou a falar a partir de realidades e contextos distintos, impactando significativamente tanto seu entendimento sobre o fenômeno da violência escolar quanto às ações de enfrentamento e prevenção adotadas por eles e pelas instituições em que atuam. Embora ambas sejam instituições públicas, elas estão inseridas em contextos completamente diversos.

A primeira entrevistada será denominada como Psicóloga Escolar, atua em uma escola que faz parte de um sistema em que o ingresso se dá por meio de um processo seletivo assemelhado ao vestibular, conforme exposto pela psicóloga escolar. Indica que este processo seletivo deriva em um perfil de estudantes que, geralmente, não se encontram em situação de vulnerabilidade social, comumente oriundos de escolas privadas ou de escolas que incentivam seus estudantes ao ingresso na instituição. Além disso, a instituição conta com um núcleo de apoio composto por psicólogas, assistentes sociais, pedagogos que articulam ações de apoio e orientação para toda a comunidade escolar.

O segundo entrevistado, será denominada como Coordenador Pedagógico, atua em uma escola da rede pública do Estado de São Paulo e que está localizada em um território de alta vulnerabilidade social e reconhecido como de alto índice de violência urbana. A escola atende, em sua maioria, alunos inseridos nesse contexto de expressão da desigualdade estrutural. O professor relatou as dificuldades e desafios que a instituição enfrenta derivados desse cenário, indicando que são agravados pela falta de apoio de profissionais da Psicologia ou do Serviço Social nas escolas.

Ao analisar as condições apresentadas no cotidiano dos entrevistados, evidencia-se o impacto que o território e a realidade que compõem o cenário e o contexto social que a escola está inserida exerce sobre essa cultura e clima escolar e consequentemente nas ações de enfrentamento da violência nas instituições escolares e na disponibilidade de recursos, como aponta Lück (2009).

No que diz respeito ao entendimento de violência escolar por parte dos profissionais, percebemos que, assim como os participantes do Grupo de Discussão, ambos têm consciência da diversidade de formas com que a violência se manifesta no ambiente escolar, chegando a se reconhecer em algumas situações como vítimas desses episódios. Um ponto ressaltado, nas duas entrevistas, foi a questão do preconceito como uma das formas de manifestação da violência escolar, tema já discutido por Ribeiro et al. (2018) e Silva e Da Silva (2021). Tanto os autores quanto os entrevistados apontam que a violência, em muitos casos, está permeada por uma visão preconceituosa do mundo por parte de seus autores. Sendo inclusive citado pelos entrevistados exemplos de casos relacionados a gordofobia, racismo, LGBTfobia, misoginia e até mesmo a formação de grupos neonazistas nas escolas.

Nesse contexto, destaca-se a defesa de Libâneo e Pimenta (1999), Rechtman e Bock (2019) e Toledo (2024) sobre a necessidade essencial da adoção de uma postura crítica e consciente por parte dos profissionais., pois somente assim esses profissionais serão capazes de identificar o preconceito presente em falas e atitudes como formas de violência, evitando assim naturalização.

Todavia, apesar de uma compreensão ampliada sobre a complexidade da manifestação da violência escolar, no que se refere às práticas de intervenção nesses contextos, conforme apontado por Silva (2013), os profissionais relataram dificuldade em diferenciar casos de



violência que requerem uma intervenção de "brincadeiras de mau gosto" (sic). Justificando que, muitas vezes, os alunos se ofendem e discutem, utilizando inclusive termos preconceituosos, mas logo em seguida voltam a rir e interagir como se nada tivesse acontecido.

Outro ponto levantado por Silva (2013) para a falta de ação é o sentimento de fracasso gerado por intervenções ou programas implantados anteriormente e que não tiveram sucesso. Esse sentimento de fatalismo, como propõe Martín-Baró (1996), também emerge nas entrevistas, mas fortemente associado a uma sensação de impotência e paralisia diante das expressões de violência e dos relatos de situações de vulnerabilidade social no qual os alunos estão envolvidos nos seus cotidianos. Ambos concordam que a vivência rotineira destas situações incide significativamente nas expressões de atitudes, de comportamentos e das vivências subjetivas dos alunos.

Em relação à atuação do psicólogo nas escolas, durante o contato com os profissionais fica evidente como a tese de Antunes e Meira (2003) ainda se mantém válida ao apontar o quanto a presença do profissional de psicologia é desejada e valorizada pelas escolas. O Coordenador Pedagógico entrevistado, por exemplo, expressou diversas vezes o desejo de que houvesse uma psicóloga ou até mesmo estagiários de psicologia na instituição, especialmente quando questionado sobre o que considera necessário para lidar com a violência escolar.

Toledo (2024) destaca que apesar de desejada, a presença dos profissionais de psicologia escolar ainda não é compreendida em sua totalidade, sendo muitas vezes entendida como uma prática individualista voltada apenas para os "alunos-problema", com uma atuação que se assemelha às práticas clínicas de consultório. Dessa forma, renuncia-se a ações coletivas voltadas não apenas para casos específicos, mas para a comunidade escolar como um todo, considerando os processos, relações e subjetividades que ali interagem e se influenciam dialeticamente.

Os relatos dos entrevistados nos levam a concordar com Petroni e Souza (2014) ao definirem que a compreensão – dos atores escolares – é, comumente, influenciada por uma visão idealizada do profissional de Psicologia, que acaba por não ser visto como integrante da escola e, sim como alguém de fora, um estrangeiro. Os autores destacam que ao chegar nas escolas, os psicólogos escolares são encaminhados para lidar com alunos de maneira individual, realizando ações de avaliação e diagnóstico, na maioria das vezes, de forma a minimizar os problemas e queixas da escola. Ressaltam ainda a importância de a profissional de Psicologia reafirmar seu trabalho a partir de uma lógica colaborativa e coletiva, buscando a parceria com toda comunidade escolar, com objetivo de enfrentar os dilemas e desafios apontados por estes atores através de ações coletivas.

No que diz respeito às práticas exercidas pelos profissionais, o Coordenador Pedagógico entrevistado relatou que suas ações envolvem principalmente “interromper a briga” e conversar com os envolvidos, incluindo seus responsáveis. Aqui, percebemos que a lógica de intervenção está voltada apenas para o enfrentamento imediato, sendo aplicada, principalmente, em casos de violência física. Por outro lado, a Psicóloga Escolar entrevistada relatou que suas intervenções abrangem diversos tipos de casos de violência, como agressões verbais, psicológicas, físicas, preconceito, assédio, entre outras. Interessantemente, ela menciona que, em alguns casos, o autor da violência não é o aluno, mas sim membros da própria equipe da instituição.

Embora essas intervenções partam de episódios pontuais de violência, o que poderia limitar a atuação ao enfrentamento do problema imediato, a prática relatada vai além. A Psicóloga Escolar descreve que, a partir de um episódio, são elaboradas várias práticas intervencionistas, que incluem não apenas a resolução do problema atual, mas também ações coletivas, com a participação e o apoio de toda a comunidade escolar. Com o objetivo de



prevenir a ocorrência de novos episódios semelhantes. No entanto, a entrevistada também destacou uma limitação importante: apesar de planejar essas intervenções, a decisão final sobre a responsabilização do autor da violência cabe exclusivamente à diretora, de modo que, nem a psicóloga nem outros profissionais do seu núcleo de trabalho têm autonomia para interferir nessa decisão.

Quando questionado sobre as melhorias necessárias para tornar a prática mais eficaz, a Psicóloga Escolar entrevistada destacou, de forma enfática, a importância de contar com profissionais de Psicologia no ambiente escolar. Argumentou que esses especialistas desempenham um papel fundamental no suporte e acompanhamento das situações de violência escolar, não apenas oferecendo estratégias de intervenção e prevenção, mas também orientando e capacitando outros profissionais da escola sobre como lidar com esses episódios. Além disso, mencionou a necessidade de uma participação mais ativa das famílias seria um fator positivo, confirmando a defesa de Silva e Guzzo (2019) de que a violência na escola não deve ser entendida como um evento circunstancial e isolado, sendo necessário correlacionar tais eventos aos aspectos psicosociais e seus processos históricos, buscando compreender as relações e as configurações que ocorrem na dentro e fora da escola.

O Coordenador Pedagógico entrevistado acredita que seria altamente benéfico se mais escolas contassem com uma equipe multidisciplinar, indicando que seria importante ser composta por psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais que integram o núcleo de apoio psicosocial da comunidade escolar. Ressalta que esses profissionais seriam fundamentais para a promoção da saúde mental, a mediação de conflitos e a criação de um ambiente mais seguro e acolhedor para estudantes e professores. As reflexões propostas, refletem os apontamentos de Toledo (2024) que reforça que a presença dos especialistas facilitaria não apenas o enfrentamento dos episódios de violência escolar, mas contribuiriam para o desenvolvimento de ações preventivas e interventivas, garantindo uma resposta mais rápida e eficaz aos desafios cotidianos da escola.

Outro ponto ressaltado por ambos foi a necessidade de implementação de políticas públicas, bem estruturadas, voltadas tanto para a prevenção quanto para o enfrentamento da violência na escola, coadunando com o proposto por Faustino (2017) ao afirmar que as políticas e programas focadas na prevenção e enfrentamento da violência escolar, tem se caracterizado por um viés associado, quase que exclusivamente, ao campo da segurança pública e distanciando-se de um viés educativo e transformador do ambiente escolar.

Para concluir as reflexões apresentadas anteriormente, defendemos que a atuação de qualquer profissional da educação – professor, gestor escolar ou psicólogo escolar – exigirá uma bagagem teórica e, em alguns momentos, prática que só poderá ser construída na formação inicial. Entendemos ainda que a construção de práticas inventivas e transformadoras, necessárias para o enfrentamento das diversas formas de expressão da violência escolar, dependem de manejo pedagógico, técnico e de políticas públicas consolidados pelos órgãos centrais dos níveis municipais, estaduais e federal.

4. Considerações Finais

Dante do exposto, podemos considerar alguns pontos cruciais sobre o debate abordado neste projeto. Primeiramente, a hipótese inicial sobre o processo de banalização e normalização da violência escolar se confirma. A pesquisa responde à sua questão norteadora sobre como a banalização da violência repercute nas escolas, evidenciando que essa é uma realidade recorrente que resulta em uma postura de negligência generalizada e na ausência de intervenções adequadas frente aos casos de violência.



Ao longo da pesquisa, compreendemos que as causas desse fenômeno estão, em primeiro lugar, relacionadas à dificuldade em distinguir casos de violência que exigem intervenção de situações cotidianas de convivência conflituosa, que na opinião dos profissionais são cotidianas e esperadas no cotidiano escolar. Em segundo lugar, o sentimento de fatalismo contribui para a falta de ação. Esse sentimento é alimentado pelo cansaço dos trabalhadores da educação gerado por tentativas de intervenção que não tiveram sucesso e pela sensação de impotência diante de casos de violência e vulnerabilidade social que eles relatam ter têm origem no núcleo familiar dos alunos e impactam significativamente nos comportamentos e subjetividades dos alunos.

Nesse sentido, torna-se imprescindível ampliar a reflexão e a produção de pesquisas visem sobre o impacto das questões estruturais de uma realidade social promotoras de vulnerabilidades sociais e não na transferência da culpabilização individual da “criança-problema” para a noção de “família desajustada”. As situações de violência e sofrimento não podem ser reduzidas à ideia de “criança-problema” ou de “família desestruturada”, pois estão profundamente vinculadas a desigualdades históricas, precarização das condições de vida, racismo estrutural, violência territorial e fragilização das políticas públicas. Assim, compreender a violência escolar implica reconhecer que tais manifestações são expressões de vulnerabilidades socialmente produzidas, e não falhas individuais.

No entanto, ao investigarmos nosso problema de pesquisa sobre como a formação inicial prepara os graduandos para lidarem com a violência escolar, encontramos um elemento de esperança: a consciência crítica dos estudantes e futuros profissionais sobre as problemáticas e consequências desse processo de banalização e negligência da violência. No que diz respeito a esse processo formativo dos estudantes, percebemos como uma das principais falhas do processo formativo atual a ausência de um debate teórico e técnico em sala de aula, carretando assim em uma geração de futuros profissionais que baseia seus conhecimentos quase que exclusivamente em conteúdos midiáticos. Entendemos, portanto, que é complicado para esses estudantes pensarem em práticas e intervenções qualificadas, pois não possuem o embasamento teórico e técnico que sustente essas ações.

Além disso, compreendemos que, na perspectiva destes estudantes, os estágios são entendidos como um momento de contato essencial com a realidade escolar, onde, independentemente da teoria e técnica, acreditam que aprenderam o necessário para atuar na realidade. Essa concepção demonstra uma certa falta de compreensão da importância desse contexto teórico e técnico.

Neste cenário, evocamos a defesa Rechtman, Castelar e Castro (2013) de que o momento da graduação é um essencial para a construção de sujeitos e profissionais éticos e críticos, devendo portanto realizar reposicionamentos teórico-metodológico para enfrentar os desafios políticos e práticos colocados no processo formativo. Afinal, conforme exposto por Rechtman e Bock (2019) a graduação não deve ser apenas um momento de reprodução de saberes, mas também de superação e transformação.

Desta forma, é necessário que nesse ambiente sejam produzidos novos conhecimentos e saberes capazes de gerar um reposicionamento teórico-metodológico adequado para lidar com os desafios do cotidiano escolar. Por fim, concordamos com Toledo (2024), que em estudo anterior intitulado “A Psicologia Vai à Escola: Aportes para a Implementação da Lei 13.935/2019” defende a necessidade de posicionamentos teóricos bem definidos e do desenvolvimento de elementos críticos tanto na formação inicial quanto na continuada, de forma que tenham como objetivos possibilitar a construção de uma postura crítica e inventiva no exercício do trabalho exercido nas escolas.



Referências

- BADIA, D. D. et al.. A temática da violência escolar na formação docente inicial: das lacunas existentes às discussões necessárias. **CONJECTURA: filosofia e educação**, v. 19, n. 3, p. 171-184, 2014.
- BARROCAS, R.; DOS SANTOS, E. T. A perspectiva do supervisor de estágio no ambiente escolar: reflexões a partir da experiência do curso de geografia da UFMS/CPAQ. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 24, n. 3, p. 532-550, 2022
- BURIOLLA, M. A. F. **Estágio Supervisionado**. 2 ed. São Paulo: Cortês, 1999.
- CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, (8), 2002.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota Técnica CFP n.º 8/2023 — A Psicologia na prevenção e enfrentamento à violência nas escolas**, 2023.
- CONSTANTINO, A. L. R.; DE CARVALHO LEITE, J. A importância do estágio supervisionado para uma formação crítica: um relato de experiência em aulas de Biologia. **Revista Insignare Scientia-RIS**, v. 6, n. 6, p. 750-757, 2023
- CRUCES, A. V. V. Psicologia e Educação: nossa história e nossa realidade. In: Almeida, S. F. C. (org.), **Psicologia escolar: ética e competências na formação e atuação profissional**. Campinas: Alínea, 2006.
- DA SILVA, E. R. F.; SILVA, K. L. Importância do estágio supervisionado para a formação docente em Geografia. **Revista de Educação Geográfica| UP**, n. 6, 2021.
- DOS SANTOS, K. M. S. et al.. A violência escolar e suas manifestações em uma instituição de educação básica. **Educação Básica Revista**, v. 9, n. 2, p. 29-52, 2023.
- FAUSTINO, H. H. Violência nas escolas e políticas públicas: programas e ações de intervenção sobre o fenômeno. **Ensaios Pedagógicos**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. p.5–14, 2018.
- FERREIRA, F. G. et al.. Estágio supervisionado em psicologia escolar: uma experiência na perspectiva institucional. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 11, n. 1, p. 202-216, 2019.
- FERREIRA, L. G.;; FERRAZ, R. D. Por trás das lentes: o estágio como campo de formação e construção da identidade profissional docente. **Revista Hipótese**, p. e021017-e021017, 2021.
- LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação & sociedade**, v. 20, p. 239-277, 1999.
- LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.



MACHADO, A. M.; FONSECA, P. F. Violência contra as escolas: reflexões. **Opinião. ADUSP [online]**, São Paulo, 14 de abril. 2023.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, p.11-25, 2003.

MARQUEZ, Murilo Oliveira. Adolescência contemporânea e a espetacularização midiática da violência escolar. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 6, n. 12, p. 514-525, 2023.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, 2(1), 7-27, 1996.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes, 2007.

MORO, A.; PAGAIME, A.; KNOENER, D. F. (org.). **Construção e validação de instrumentos de medida para o diagnóstico da convivência escolar para a Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RME/SP)**. Textos FCC: Relatórios técnicos, 66. São Paulo: FCC, 2024.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PETRONI, A. P.; SOUZA, V. L. T. de. Psicólogo escolar e equipe gestora: tensões e contradições de uma parceria. **Psicologia: Ciência e profissão**, v. 34, p. 444-459, 2014.

RECHTMAN, R.; BOCK, A. M. B.. Formação do Psicólogo para a realidade brasileira: Identificando recursos para atuação profissional. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 35, p. e3551, 2019.

RIBEIRO, S. L. S. et al.. A Influência da Cultura e do Clima Escolar na construção e fortalecimento da Cultura de Paz. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 9, n. 17, 2018.

SILVA, Jorge Luiz da et al. Bullying na sala de aula: percepção e intervenção de professores. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 65, n. 1, p. 121-137, 2013.

SILVA, S. S. G. T.; GUZZO, R. S. L.. Escola, Família e Psicologia: Diferentes Sentidos da Violência no Ensino Fundamental. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 23, p. e189983, 2019.

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. Até quando? Bullying na escola que prega a inclusão social. **Educação UFSM**, 35(03), 449-463. 2010.

TOLEDO, R. A Psicologia Vai à Escola: Aportes para a Implementação da Lei 13.935/2019. **Revista Parlamento e Sociedade**, v. 12, n. 22, p. 101-119, 2024.

VILALBA, T. N. D. B. **Violência simbólica, educação e psicologia sócio-histórica em movimento aos massacres escolares**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.



VINHA, T. P. et al. **Ataques de violência extrema em escolas no Brasil:** causas e caminhos. – 1. ed. – São Paulo: D3e, 2023.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014.

WELLER. W. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. **Educação e Pesquisa**. 2006, 32(2), 241-260.

ZUIN, Antônio. A educação de Sísifo: sobre ressentimento, vingança e *amok* entre professores e alunos. **Educação & Sociedade**, v. 29, p. 583-606, 2008.

